

PORTARIA N.º 029/2017/GAB-SEGES-MT

MOTIVO: Esta Portaria visa substituir o Fiscal Titular e substituto dos Contratos abaixo mencionados.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Estadual;

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei n.º 8.666/93 e o art. 98 § 3º do Decreto Estadual n.º 840/2017, acerca da necessidade de acompanhamento, fiscalização dos contratos celebrados através de um representante da Administração,

RESOLVE

Art. 1º. Designar os servidores abaixo elencados, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo relacionado, motivado através da C.I. N.º 138/2017/CPS/ SAAS/SEGES, nos termos abaixo elencados:

Nº do contrato	Razão social	Objeto	Fiscal Titular Antigo	Fiscal Titular Novo
CONTRATO Nº 024/2014/SEGES	Consórcio MT Soluções CNPJ:20.085.557/0001-80	Prestação de serviços especializados de impressão (outsourcing), digitalização e gerenciamento de impressão departamental, incluindo a prestação de serviços de assistência técnica integral, disponibilização de equipamentos de impressão, digitalização e cópia, reposição de peças, fornecimento de cilindros, reveladores, toners, papel, mão de obra de operação, no caso do item que é exigido, e a instalação dos equipamentos e software necessários para atender as demandas da Secretaria de Estado de Gestão.	Jaqueline Nunes Faustino - matrícula nº 258265	Raissa Gusmão Jorge Silva - Matrícula nº 265225
CONTRATO Nº 010/2016/SEGES	Araraúna Ecológico CNPJ 36.932.853/0001-09	Turismo Serviços de Agenciamento e Fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais por meio de ferramenta on-line de auto agendamento (self-booking), para atender aos servidores e agentes públicos da Secretaria de Estado de Gestão e suas Unidades Administrativas.	Jaqueline Nunes Faustino - matrícula nº 258265	Raissa Gusmão Jorge Silva - Matrícula nº 265225
CONTRATO Nº 023/2016/SEGES	F. ROCHA & CIA LTDA. CNPJ 3.882.136/0001-46.	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de cópia, impressão e digitalização com a funcionalidade departamental, e solução de gestão de impressão através de software, com estabelecimento de pagamento mensal, com fornecimento, instalação e configuração de impressoras multifuncionais com Tecnologia de impressão digital, por fusão de toner a seco, novas, sem uso anterior e em linha de produção, com assistência técnica, todos os suprimentos, peças e materiais de consumo, inclusive papel e mão de obra constata/diária para operação dos equipamentos multifuncionais, e tudo mais necessário ao funcionamento dos equipamentos, os quais serão instalados na Secretaria de Gestão e suas Unidades Administrativas, por exclusiva conta da CONTRATADA	Jaqueline Nunes Faustino - matrícula nº 258265	Raissa Gusmão Jorge Silva - Matrícula nº 265225
CONTRATO	GRAFICA DO PRETO	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de confecções de carimbos, com vista a atender a	Jaqueline Nunes Faustino	Raissa Gusmão Jorge

Nº028/2016/SEGES LTDA	ME	CNPJ	demanda da Secretaria de Estado de Gestão.	-	Silva	-
		Nº03.750.414/0001-26		matrícula nº	258265	Matricula nº265225
CONTRATO Nº035/2016/SEGES	D O M I N G O S S Á V I O Q U E I R O Z P O R T O - M E	CNPJ Nº24.721.508/0001-47	Contratação de empresa especializada em serviços de fornecimento, instalação e manutenção de fechaduras, molas, cadeados, para atender a demanda da Secretaria de Estado de Gestão - SEGES e suas Unidades Administrativas.	Jaqueline Nunes Faustino - matrícula nº 258265	Raissa Gusmão Jorge Silva - Matrícula nº265225	-
Nº do contrato	Razão social	Objeto		Fiscal Substituto Antigo	Fiscal Substituto Novo	
CONTRATO Nº017/2016/SEGES	UNIDAS S.A	Nº CNPJ Nº03.507.415/0004-97	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de Serviços de Locação de Veículos, categorias diversas (sem motorista e sem combustível), com quilometragem livre, para atividades Administrativas, durante 12 (doze) meses consecutivos, em regime de empreitada por preço unitário.	Jaqueline Nunes Faustino - matrícula nº 258265	Elson Siqueira - Arruda. Matrícula: 272533	
CONTRATO Nº008/2017/SEGES	ELIFRANS IND. COM. GRÁFICA E EDITORA LTDA	CNPJ Nº08.866.744/0001-03	Contratação de empresa especializada em serviços de gráfica de pequena monta, na confecção de Capa de Processos, para atender a demanda da Secretaria de Estado de Gestão - SEGES e suas Unidades Administrativas.	Jaqueline Nunes Faustino - matrícula nº 258265	Cleomiro Dias - Matrícula nº 63081	-

Art. 2º Compete ao Fiscal do Contrato:

- I. Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação (portaria de nomeação);
- II. Ter pleno conhecimento (possuir cópia) do contrato, o qual irá fiscalizar, assim como das condições constantes do edital da licitação e seus anexos e da proposta vencedora, com vistas a identificar as obrigações da contratante e contratada;
- III. Conhecer e reunir-se com o PREPOSTO (art. 68 e 109 da Lei 8.666/93), com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar as metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- IV. No acompanhamento e fiscalização do objeto, verificar sua execução: se estão sendo atendidas na sua totalidade, as especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, material oferecido em proposta (marca e qualidade do produto ofertado), ou especificado pela administração, assim como o tempo de execução e prazos de conclusão.
- V. Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e seus anexos, planilhas, cronogramas, etc.;
- VI. Providenciar toda a infraestrutura necessária para execução do objeto de acordo com o contrato estabelecido e prazos estipulados. Não se pode imputar ao Contratado a responsabilidade pelo atraso na execução do contrato, quando este derivar da falta de providências por parte da Administração em disponibilizar os meios necessários à sua execução;
- VII. Comunicar à Administração sempre que for identificada, no prazo de vigência contratual, a necessidade de alteração de suas cláusulas, em razão do conhecimento de fato superveniente ou de outro qualquer, que possam comprometer o cumprimento contínuo e seu efetivo resultado, para que a Administração, dentro dos limites da lei e contrato, faça os devidos ajustes através de termo aditivo, evitando perdas na sua execução e desperdícios dos recursos públicos;
- VIII. Recusar o serviço ou fornecimento irregular, não aceitando materiais/serviços diversos daqueles licitados, assim como observar para o correto recebimento;
- IX. Evitar que empresas subcontratadas executem serviços ou efetuem a entrega de material quando não expressamente autorizada para tal, salvo quando autorizado no instrumento contratual, ou que tais serviços exijam execução por empresas especializadas no ramo;

X . Comunicar por escrito à Administração qualquer falta cometida pela empresa, seja ela por inadimplemento de alguma cláusula ou condição do contrato, ou solicitação de prestação de serviço que foi executado de forma inadequada, fora do prazo, ou mesmo não realizado, formando o devido dossiê (§ 1º art.67, Lei 8.666/93) das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar a aplicação da sanção. Quando ocorrer reincidência desses fatos, poderá levar a rescisão contratual;

X I . Zelar para que os valores pagos nos contratos de serviços/aquisições de materiais, não ultrapassem os créditos correspondentes, existentes no empenho da despesa do contrato, sem que existam créditos orçamentários para suportá-los, bem como a vigência contratual;

XII. Proceder à obrigatória verificação da liquidação da despesa (atesto da fatura), para fins de apuração:

a) Da importância a ser paga;

b) A quem deve ser pago (CNPJ);

c) Se o objeto constante na nota confere com aquele contratado;

d) Se o pagamento foi efetuado na sua totalidade e dentro do prazo acordado, evitando o pagamento antecipado e sem prévia liquidação da despesa, por ir de encontro ao art. 62 e 63 da Lei 4320/64; e

XIII. Se as obrigações fiscais, sociais e trabalhistas (salários) foram cumpridas, inclusive, os recolhimentos do FGTS e INSS, tendo em vista a responsabilidade solidária do Ordenador de Despesa (inciso XIII, art.55 da Lei 8.666/93);

XIV. Responsabilizar-se, mesmo depois de entregue o material ou prestado o serviço, por quaisquer irregularidades contratuais;

XV. Zelar pelo fechamento do contrato dentro do prazo de vigência, tomando todas as providências junto a Administração e a Contratada, em caso de inexecução total ou parcial ou alteração contratual (§1º do art.65 da Lei 8.666/93);

XVI. Zelar para que não haja prorrogação contratual após sua vigência, uma vez que tal procedimento é absolutamente NULO, ou cujo prazo de vigência tenha expirado, por ausência de previsão legal, conforme preceituado no art.65 da Lei 8.666/93;

XVII. Providenciar processo instruído com as devidas justificativas, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias do seu término, sempre que houver necessidade de aditamento do contrato (quantidade, vigência, etc.);

Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Cuiabá, 13 de junho de 2017.

Júlio Cezar Modesto dos Santos

Secretário de Estado de Gestão

(Original assinada)

Superintendência da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso
Rua Júlio Domingos de Campos - Centro Político Administrativo | CEP 78050-970 | Cuiabá, MT

Código de autenticação: afddee5c

Consulte a autenticidade do código acima em https://homolog.iomat.mt.gov.br/legislacao/diario_oficial/consultar